

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE

CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC

TELEFONE: (48) 3721-4202

ATA da reunião Comissão de Sustentabilidade

33ª ata da Reunião da Comissão de Sustentabilidade (CS), realizada no dia 4 de agosto de 2016, às 14 horas, na Sala de Reunião do Ático da Reitoria II.

Estavam presentes os seguintes membros:

| NOME | UNIDADE | E-MAIL |
|-----------------------------------|----------------|----------------------------|
| Gabriela Mota Zampieri | CGA | gabriela.zampieri@ufsc.br |
| Carolina Assis Fernandes Ferreira | CGA | carolina.fernandes@ufsc.br |
| Ludmila Serafim de Abreu | CGA | ludmila.abreu@ufsc.br |
| Ulisses Iraí Zílio | DPC | ulisses.zilio@ufsc.br |
| Fanny Vidigal de Paula | CCP | fanny.vidigal@ufsc.br |
| Gilberto Caye Daudt | DMPI | gilberto.cd@ufsc.br |
| Felipe Garcia Tervisol | DFO | felipe.tersariol@ufsc.br |
| Rodrigo Gonçalves | SETIC | rodrigo.g@ufsc.br |
| Branda Vieira | RES/PU | branda.vieira@ufsc.br |
| Guilherme Krause | DCOM | guilherme.krause@ufsc.br |
| Monique Regina Bayerstoff | DPGI | monique.bayerstoff@ufsc.br |
| Sara Meireles | RES | sara.meireles@ufsc.br |
| Ana Maria Bortolotto | DPAE | ana.bortolotto@ufsc.br |

A Sra. Gabriela iniciou a reunião dando continuidade ao eixo energia, com a análise da ação “Avaliar a necessidade de substituição de condicionadores de ar mais antigos por novos mais eficientes”. O DPAE sugeriu ser substituído pela SEOMA como responsável da ação e o DPC recomendou incluir o DPG. Segundo a CGA, as Unidades Administrativas/Administradores de Edifícios devem ser os responsáveis pela ação. Sobre a SEOMA ser incluída como responsável pela ação, a Sra. Gabriela argumentou que ficaria muito genérico e que a ideia é criar responsabilidades para os setores. Conforme a Sra. Ana, o controle dos condicionadores de ar é feito pelo Sr. André, do

DPMI. A mesa sugeriu colocar a SEOMA como responsável com ênfase para o DPAE e o DMPI, que são os departamentos mais diretamente responsáveis. Todos concordaram. A Sra. Gabriela e o Sr. Guilherme concordaram que as próprias Unidades devem ser responsáveis por essa ação. A mesa decidiu colocar os Administradores de Edifício como auxiliares da ação. A Sra. Gabriela lembrou que o DCOM também deve ser incluído como auxiliar da ação, já que há um memorando do DCOM que disciplina a compra de condicionadores de ar. Assim, o DCOM pode organizar esse fluxo quando algum setor solicitar a compra desse equipamento. A mesa concordou. A mesa também decidiu manter o DPC como auxiliar, pois o setor está envolvido com a instalação e contrato. O DGP é auxiliar, pois está relacionado ao descarte dos antigos equipamentos. A Sra. Branda considerou a ação confusa, pois uma coisa seria avaliar e a outra adquirir, sugerindo a criação de uma nova ação: “Trocar os condicionadores de ar que foram avaliados como deficientes”, colocando o DPC, o DCOM e o DPG como responsáveis. Todos concordaram. Por fim, a Sra. Ana Maria lembrou que, atualmente, os condicionadores de ar são os grandes responsáveis pelo consumo de energia, ressaltando a importância da ação.

Na próxima ação analisada “Instalar banco de capacitores nas subestações em que a potência estiver abaixo do estipulado pela agência regulamentadora”, o Sr. Felipe explicou que essa ação busca aumentar a eficiência da rede. O DPAE propôs ser substituído pela SEOMA como responsável da ação. O Sr. Felipe argumentou que a instalação dos capacitores depende do projeto do DPAE, e que o DMPI e DFO precisam ficar como auxiliares para a ação ser efetivada. Os responsáveis pela ação ficaram organizados dessa forma.

Na ação “Mapear aparelhos eletroeletrônicos que causam maior consumo de energia e substituí-los progressivamente”, a Coplan sugeriu ser substituída pela SEOMA. Segundo a Sra. Branda, essa ação poderia ser incorporada à anterior, referente aos condicionadores de ar. No entanto, o Sr. Rodrigo disse que seria importante manter uma ação específica para os condicionadores de ar, garantindo maior impacto. Todos concordaram. Ficaram como responsáveis da ação os Administradores de Edifício, que farão as análises de acordo com os critérios apresentados pelo DPAE, e o DCOM como auxiliar.

Na ação “Aproximar a pesquisa e a extensão universitária aos desafios da questão energética”, o DPAE solicitou ser retirado da ação. A Sra. Gabriela discordou, argumentando que é o DPAE o responsável em informar às necessidades da UFSC em termos de pesquisa para realizar suas atividades operacionais e melhorar a eficiência energética. Segundo a Sra. Ana, o DPAE não é responsável porque a ação refere-se a questões mais acadêmicas. A Sra. Carolina ressaltou que o próprio DPAE poderia gerar a demanda e procurar um setor acadêmico que pudesse colaborar. Após o debate definiu-se que o DPAE ficaria como auxiliar da ação.

Passou-se então para análise da meta “Implementar monitoramento constante em 50% dos transformadores”. Na ação “Analisar e verificar desperdícios de energia

elétrica”, a Coplan solicitou ser substituída pela SEOMA. A Sra. Carolina sugeriu colocar SEOMA e entre parênteses o DMPI e DPAE, todos concordaram. A Sra. Ana Maria explicou a todos que falou com a Sra. Juliana sobre o assunto e, segundo a Sra. Juliana, a análise dos desperdícios precisa ser realizada através da telemetria, sendo o Setic muito importante para a execução dessa ação, uma vez que é necessária uma rede de lógica. O Sr. Rodrigo falou que participou de um congresso em que foi apresentada uma nova tecnologia, simples, que permite esse monitoramento em um raio de 5 km. Por fim, a Sra. Gabriela lembrou que a especificação do sistema e sua implantação já estão prevista em outra ação. Foi mencionado que as ações não apresentam relação direta com a meta. Dessa forma, o grupo optou por modificar a meta para: “Implementar e monitorar em 50% o sistema de controle dos transformadores”.

Próxima meta analisada “Atender 100% dos itens de segurança constantes na NR 10 do MTE (proteção dos colaboradores)”. Na ação “Adquirir equipamentos de segurança (EPI/EPC)”, a Coplan colocou a SEOMA em seu lugar como responsável da ação. A Sra. Soeli questionou a ação, pois são as empresas terceirizadas que devem prover os EPIs e não a UFSC. A Sra. Gabriela explicou que os EPIs e EPCs descritos nessa ação são destinados aos servidores, e que a inclusão de EPIs e EPCs nos contratos com os terceirizados já está prevista em outra ação. Nesse momento, a Sra. Ludmila enfatizou a importância da fiscalização dos contratos para que os terceirizados utilizem efetivamente os EPIs e EPCs. Com relação aos responsáveis, a Sra. Gabriela sugeriu substituir a SEOMA pelo DPAE e DMPI, que estão envolvidos com serviços elétricos, e colocar o DCOM como auxiliar, para ajudar na compra. Todos concordaram.

Na meta “Aumentar a segurança das redes de energia elétrica”, a primeira ação analisada foi “Criar plano de gestão de energia elétrica para a UFSC”. A Coplan solicitou ser substituída pela SEOMA. A Sra. Ana considerou a ação muito genérica. A Sra. Carolina explicou que foi o próprio departamento que sugeriu essa ação. A Sra. Gabriela lembrou que a ideia desse plano é estabelecer prazos, prioridades e infraestrutura necessária, além disso, disse que considera o DPAE responsável pelo plano. A Sra. Ana Maria concordou com a inclusão do DPAE como responsável da ação.

Na ação “Especificar, adquirir e substituir os disjuntores de média tensão e relés secundários que oferecem risco iminente”, a Coplan sugeriu ser substituída pela SEOMA como responsável da ação. A Sra. Gabriela perguntou quem seriam os responsáveis efetivamente por essa ação. Os membros da mesa consideraram o DPAE, DMPI e DFO como responsáveis pela ação.

Na ação seguinte “Realizar o prontuário das instalações elétricas”, a Sra. Ana Maria explicou que o prontuário é a reunião de documentos relacionados aos EPIs necessários, diagramas unifilares e procedimento de emergência e, como todos eles têm relação com a NBR, sugeriu colocar a ação na meta que trata dessa temática. Recomendou também incluir o DSST, pois a ação está relacionada à segurança, ficando como responsáveis o DPAE e DSST. Todos concordaram.

Na ação “Adequar e redimensionar a infraestrutura elétrica (alta tensão) das

subestações”, a Sra. Ana Maria informou que a Sra. Juliana sugeriu acrescentar a palavra redimensionar ao texto, além de ser uma ação contínua. Todos concordaram.

Finalizado o eixo energia, iniciou-se a análise do eixo resíduos. A Sra. Gabriela ressaltou que nesse eixo foram realizadas várias alterações pelo próprio setor de resíduos e, portanto, essas questões não seriam colocadas em discussão.

Meta “Realizar a destinação ambientalmente adequada de 70% dos resíduos recicláveis e orgânicos e 100% dos rejeitos, conforme estabelecido nas metas do Plano Nacional de Resíduos Sólidos”, na ação “Implantar sistema que possibilite a informatização de dados, a padronização de procedimentos e divulgação dos dados e relatórios”, a Sra. Gabriela considerou o Setic como setor auxiliar. Todos concordaram.

A Sra. Sara explicou que ela e a Sra. Branda fizeram uma última revisão das ações e decidiram retirar algumas delas. A Sra. Sara resumiu a ação “Realizar campanhas de educação ambiental abordando o princípio do 5Rs” e incluiu a Sala Verde como auxiliar. Todos concordaram.

A Sra. Sara reuniu as ações 6,7 e 8 resultando na ação “Adequar os pontos de armazenamento temporários e finais de resíduos convencionais, conforme definido pela Sistema de Gestão de Resíduos e legislação”. O RES ficou como responsável da ação e como auxiliares a SEOMA (DPAE, DFO e DMPI). Todos concordaram.

Na ação “Realizar tratativas com as prefeituras municipais e governo estadual para que seja estruturado um setor responsável pelo suporte das demandas de resíduos, integrando a UFSC com esses órgãos específicos”, a Sra. Sara informou que no eixo geral já existe uma ação com esse intuito e, portanto, essa ação poderia ser retirada. Todos concordaram.

Na ação “Realizar estudo e projeto para aproveitamento, através de biodigestores, dos materiais orgânicos provenientes de restaurantes, lanchonetes, capinação e poda de árvores”, a Sra. Sara achou melhor retirar “biodigestores”, pois o aproveitamento pode ser realizado através de outros métodos. Todos concordaram.

Na ação “Criar um sistema integrado para coleta seletiva de óleos e gorduras residuais (OGR), com direcionamento para a coleta programada, para produção de orgânicos, de biodiesel de outros subprodutos, a partir de controle dos quantitativos e venda do material”, a Sra. Sara considerou desnecessária a parte final da ação. Todos concordaram.

A Sra. Sara sugeriu juntar as ações “Promover campanhas educativas de redução do desperdício de alimentos” e “Viabilizar estrutura/processos adequados para reduzir desperdícios nos restaurantes universitários (utensílios menores, possibilidade de repetir o prato, entre outros)”, no entanto, as Sras. Gabriela e Carolina argumentaram que as duas ações são distintas, independentes e com responsabilidades diferentes. Uma tem relação com a estrutura, enquanto a outra tem relação com a educação ambiental. Todos concordaram em manter as duas ações.

Na ação “Destinar os resíduos orgânicos através de tecnologias ambientalmente adequadas em conformidade com as licenças exigidas”, a Sra. Sara

sugeriu substituir “licenças exigidas” por “legislação vigente”.

Na ação “Realizar anualmente pelo menos um evento relacionado à temática de resíduos (SCLZ, e outros)”, foi solicitado pelo setor de resíduos a realização de um evento a cada dois anos, buscando maior qualidade. Todos concordaram.

Passou-se então para a meta “Realizar a destinação ambientalmente adequada de 100% dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) (químicos e infectantes)”. Na ação “Realizar anualmente pelo menos um encontro sobre RSS”, a Sra. Branda sugeriu mudar conforme ação anterior, um encontro a cada dois anos.

Na ação “Construir abrigos de RSS para os geradores de resíduos de alta periculosidade ou de grande quantidade”, a Sra. Sara informou que o prazo da ação deve ser curto, uma vez que a UFSC não está de acordo com a legislação, aumentando as chances de ocorrerem acidentes de trabalho. Portanto, a ação é prioritária. A Sra. Ana informou que na odonto esses abrigos já estão sendo feitos. Em relação as prioridades, a Sra. Ana Maria mencionou que seria interessante que as mesmas fossem analisadas por setor e numeradas. A Sra. Ana informou que as prioridades já estão sendo elegidas e que serão trazidas para a reunião. A Sra. Soeli reforçou que, se isso não for feito, o plano não sairá do papel. A Sra. Sara sugeriu retirar a ação “Construir abrigo adequado para armazenamento de lâmpadas fluorescentes, de acordo com as normas vigentes”, pois esta repetida no eixo de resíduos. Todos concordaram.

Na ação “Elaborar manuais e realizar capacitação para os geradores de RSS visando à compatibilização entre as diretrizes da PNRS e normativas do CONAMA e ANVISA”, a Sra. Sara sugeriu retirar a palavra “capacitação” e acrescentar “campanhas”, pois já existe uma outra ação nesse sentido.

Na ação “Elaborar e implementar os POPs e PGRSS”, a Sra. Sara ressaltou que o PGRSS será apenas para a odonto e sugeriu modificar a ação para “Elaborar e implementar os POPs nas unidades geradoras de resíduos perigosos e o PGRSS nas clínicas da odontologia”. Todos concordaram.

Na ação “Incluir nos contratos realizados pela UFSC, envolvendo resíduos perigosos, cláusulas que obriguem os funcionários a utilizarem EPIs e EPCs, além da participação em cursos realizados pela contratada ou pela UFSC”, a Sra. Sara sugeriu retirar a ação, uma vez que ela já consta na legislação. A Sra. Gabriela argumentou que a ação deve ser mantida, pois reforça a necessidade da inclusão desses critérios nas licitações.

Na ação “Estruturar equipe para realização das atividades inerentes a RSS como: o acompanhamento das atividades em curso e proposição de sistemas de tratamento, redução, reuso e reciclagem de RSS internos; o fornecimento de material para acondicionamento e identificação (etiquetas, recipientes de coleta, sacos brancos e vermelhos, caixas descarpac e contentores)”, a Sra. Sara propôs retirar o texto entre parênteses. Todos concordaram.

Passou-se para a análise da meta “Realizar manejo ambientalmente adequado de 100% dos resíduos de logística reversa (RLR) gerados na UFSC (lâmpadas,

pilhas/baterias, REEs, embalagens de óleos, embalagens e resíduos de agrotóxicos, pneus)”. Segundo a Sra. Sara, a ação “Armazenar e acondicionar adequadamente lâmpadas, pilhas e baterias a partir da compra de recipientes e adequação dos espaços de armazenamento” deve ser retirada por estar repetida. Todos concordaram.

Na ação “Criar regulamentação para garantir a logística reversa de produtos que sejam adquiridos pela instituição e evitar passivos associados a esses (ex: agrotóxicos na Fazenda da Ressacada)”, a Sra. Sara sugeriu incluir também, como exemplo, as lâmpadas do DMPI, que somam 10 mil lâmpadas acumuladas. Além disso, garantir que a ação seja escrita de forma clara no contrato. A Sra. Gabriela solicitou a inclusão do DPC, que acrescentou o DCOM, já que a logística é feita para materiais. Todos concordaram. A Sra. Sara ressaltou a importância do diálogo entre os setores, mencionando o fato de que a exigência de logística reversa foi incluída no contrato, no entanto, as quantidades não foram especificadas, o que é essencial.

Meta “Destinar adequadamente 100% dos resíduos provindos dos serviços de limpeza dos *Campi*”, ação “Criar sistema de fiscalização integrado para o controle do serviço de limpeza e da destinação dada aos resíduos originários desse serviço”, o DPC sugeriu a criação de uma estrutura administrativa para fazer a gestão da fiscalização dos contratos, levando-se em consideração que os serviços da UFSC serão cada vez mais terceirizados. Apesar de a reitoria reconhecer a necessidade dessa fiscalização e de todos saberem que ela pode proporcionar uma economia de recursos, no momento, não há servidores suficientes para isso. Todos concordaram. A ação foi colocada no eixo geral, tendo como responsáveis a GR e a PROAD e como auxiliar a PROEGESP. A Sra. Soeli disse que muitos fiscais não fazem seu papel, que há muita desorganização, cobrando-se mais do que a empresa realiza. A Sra. Sara argumentou que muitos fiscais não sabem qual o seu papel e que a fiscalização deveria ser o foco da instituição, uma vez que os contratos despendem valores muito altos. Segundo o Sr. Guilherme, se houver melhora na estrutura, é provável que mais servidores aceitem ser fiscais de contratos, pois, atualmente, muitos recusam. Ainda na ação foi acrescentado ao final o texto “com setor responsável e estruturado de fiscalização”.

Passou-se então para a próxima meta “Destinar adequadamente 70% dos RCC e volumosos coletados na UFSC”. Na ação “Criar modelo de PGRCC para as licitações da UFSC que atendam às exigências legais e da gestão de resíduos da UFSC”, o DFO considerou que essa atividade não é responsabilidade do setor. Segundo a Sra. Carolina, o DFO deve ser um dos responsáveis pela criação do plano, especificando o que vai ter e como cobrar, já que será o setor fiscalizador. A Sra. Sara também reforçou a importância do DFO na elaboração desse plano, construindo-o em conjunto. O DFO foi mantido como responsável da ação.

Na ação “Incluir critérios nas licitações das obras e reformas que contemplem os PGRCC (conforme disposto pela gestão de resíduos - RES/PU) e comprovação por meio de certificação de destinação final ambientalmente adequada”, sugeriu-se incluir o DPL, responsável pelas licitações de obras, e o DPC, responsável pelas licitações de

manutenção.

Com relação à ação “Realizar capacitação sobre RCC para os servidores vinculados às obras e manutenção”, a Prodegesp sugeriu colocar o CCP como auxiliar. Todos concordaram. A Sra. Soeli recomendou também realizar um trabalho de conscientização sobre RCC, pois muitas pessoas descartam esse tipo de resíduo em qualquer lugar. Definiu-se criar uma nova ação nesse sentido.

Na meta “Eliminar 100% da deposição irregular e dos passivos ambientais ligados resíduos na UFSC”, a Sra. Sara solicitou trocar “deposição” por “disposição”. Todos concordaram. Na ação “Sanear os passivos e pontos de deposição irregular ligados a resíduos (RCC, RSS, convencionais, etc.) existentes na UFSC”, a Sra. Sara considerou que essa ação está implícita na segunda, portanto, poderia ser eliminada. Todos concordaram.

Na ação “Cercar o perímetro das áreas existentes e das que venham a ser criadas para armazenamento dos resíduos volumosos (caçambas, ATT, PEV, etc.), implantando guaritas, controle de pesagem”, a Sra. Sara sugeriu incluir “acesso”. Todos concordaram.

A Sra. Sara excluiu a ação “Monitorar e atualizar mapeamento das áreas de vício (passivos) para evitar futuros descartes de material”, pois já esta incorporada em outra.

Na ação “Sinalizar as áreas caracterizadas como passivos ambientais ou de disposição irregular com placas e cartazes comunicando a proibição e os principais riscos do despejo irregular de resíduos”, a Sra. Sara alterou para “Sinalizar as áreas caracterizadas como passivos ambientais, ou de disposição irregular, com placas e cartazes comunicando a proibição e os principais riscos do despejo irregular de resíduos, com vigilância da área”. Sugeriu também incluir o setor de segurança como responsável e definiu o indicador como “% de áreas sinalizadas e vigiadas”. Todos concordaram.

O eixo Geral foi o próximo a ser analisada. A Sra. Gabriela explicou que no eixo geral foram colocadas as metas/ações que não apresentaram relação direta com os eixos anteriores, mas que são relevantes para o PLS e para a universidade. Com o fim da reunião, o Eixo Geral e as ações sob responsabilidade do DAS ficaram para a próxima reunião.